

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 445/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1-Processo TCE nº 1677/2015.****2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.**4- Exercício:** 2014.**5- Responsável:** Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH.**6- Unidade Técnica:** DICAD-MA – Informação nº 018/2016 (fls. 189/195).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1734/2016-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls.196/197).**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho .**EMENTA:** Prestação de Contas Anual - Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA. Exercício de 2014.*Contas regulares com ressalvas. Determinação à origem e à Gestora.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exma. Sr. Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- Julgar Regular com ressalvas as Contas da Sra. Maria Goreth do Carmo Ribeiro, Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA, exercício de 2014, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

9.2- Determinar à origem, sob pena de as contas do próximo exercício serem **julgadas irregulares**, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96, que seja feita a adequação do portal da Transparência, conforme dispõe a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12547/2011).

9.3- Quanto à sugestão do Parquet, item “b” do Parecer nº 1734, fls. 197, em aplicar multa à responsável com base no art. 54 da lei nº 2423/96 com Art. 308, inciso II da Resolução nº 04/2002 do TCE-AM, referente aos atrasos na



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 445/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

entrega de balancetes mensais. Considerando que a responsável não foi notificada quanto a irregularidade, **fazer determinação rigorosa à gestora**, para que tal restrição não se repita nos próximos exercícios.

9.4- Observar, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (convocado).

12.1-Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho .

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral